

TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: _____. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

*Resenhado por Marcos Antônio Zaffari Jr**

Maria da Conceição Tavares nasceu em Anadia, Portugal (24 de abril de 1930). Veio ao Brasil em 1954. Tavares ajudou a formular o Plano de Metas, no governo Juscelino Kubitschek. A autora tornou-se uma importante economista e representante do pensamento cepalino no Brasil. Atualmente, é professora titular da Universidade Estadual de Campinas e professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Essa resenha tratará do artigo *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil*, escrito em 1963, e dividido em duas partes. A primeira intitulada *O Processo de Substituição de Importações como Modelo de Desenvolvimento na América Latina*, e a segunda *O Caso do Brasil*. A primeira parte aborda o processo de substituição de importações de forma geral, como modelo de desenvolvimento adotado pelos países latino-americanos. A autora começa expondo o modelo agroexportador para, então, falar do rompimento com esse modelo. Em seguida, apresenta a sua teoria sobre a dinâmica do PSI, na qual o processo objetiva superar certos estrangulamentos externos e, ao fazer isso, cria novos e assim ele se sustenta. Tavares se volta, então, para analisar os condicionantes internos do processo, que são a dimensão e estrutura dos mercados nacionais, a natureza da evolução tecnológica e a constelação de recursos produtivos. Por fim, a autora faz

* Aluno de graduação no curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

uma crítica ao processo industrializante na América Latina, reconhecendo a falta de políticas econômicas adequadas.

Na segunda parte do artigo, Tavares foca no caso específico do Brasil (1930-1960). Nessa parte, a autora analisa as mudanças na pauta de importações de 1930 à 1960, relacionando-as à estrutura industrial brasileira. Ela, então, identifica os grupos de produtos mais suscetíveis às restrições externas. Nessa parte do capítulo, Tavares chega à conclusão que o PSI no Brasil estruturou grandes desigualdades setoriais, regionais e de renda. Para ela, o problema da concentração da renda se tornou um empecilho para o processo, pois o mercado não conseguia mais absorver a produção de indústrias que necessitavam de grandes escalas de produção.

Ao definir a dinâmica do PSI, a autora inova de forma drástica em seu trabalho, conseguindo explicar o modelo com base no estrangulamento externo. Seus estudos estatísticos sobre o caso do Brasil comprovam sua teorização sobre a evolução da dinâmica do PSI. Um *insight* importante de Tavares sobre o processo é a necessidade do início da substituição dos bens intermediários e de capital ao mesmo tempo da substituição dos bens de consumo, pois os dois primeiros dependem de investimentos com longo período de maturação e demandam importações de maior valor agregado.

Fica explícito no trabalho o embasamento da autora nas teorias dos choques adversos; do dualismo entre o setor primário e o industrial; da deterioração dos termos de troca entre os países centrais e os periféricos; do desemprego estrutural, no qual a plena utilização do capital disponível na economia é incapaz de absorver todo contingente da força de trabalho; e da ideia de subconsumo, segundo a qual, devido ao desemprego e a distribuição de renda desigual, não é possível formar uma sociedade de consumo de massas.

A autora enfatiza sua crença no esgotamento do modelo do PSI no Brasil na década de 70. Segundo ela, seria necessário um movimento de distribuição de renda, liderado pela reforma agrária, para que a economia pudesse sustentar seu crescimento de forma autônoma. Ao publicar seus escritos com José Serra, a autora muda sua opinião sobre a estagnação da década de 60. Na publicação, os autores atribuem a estagnação da economia à uma baixa cíclica ocorrida pelo amadurecimento dos investimentos complementares ao Plano de Metas. Esse fato, concomitantemente à diminuição do crescimento, havia gerado capacidade ociosa, reduzindo a relação produto e capital. Tavares admite o potencial de crescimento que ainda existe na economia brasileira, inclusive, estreitando laços com o capital externo. Essa reinterpretação da estagnação foi mais assertiva sobre os rumos da economia, que passaria, sob o regime militar, por um milagre econômico concentrador de renda (ANDRADE; SILVA, 2009).

É interessante ressaltar que, em trabalhos posteriores, a autora reformula seu conceito de industrialização, passando a defini-lo como implantação do setor produtor de bens de capital. A partir desse conceito, ela denomina o período de 1933-55 como “industrialização restringida”, já que a implementação do setor de bens de produção só se iniciou com o Plano de Metas. O estrangulamento externo passa, então, a ter menor peso sobre a dinâmica do PSI, na visão de Tavares, e os determinantes a serem considerados são os limites endógenos para a própria acumulação de capital na economia brasileira (ANDRADE; SILVA, 2009).

Alguns pontos colocados pela autora em sua obra clássica continuam bastante atuais e importantes para a economia brasileira. A sociedade brasileira experimentou, na última década, uma queda significativa na desigualdade de renda. O resultado foi um crescimento econômico mais acelerado, durante esse período, baseado, principalmente, na expansão do consumo das classes mais baixas, que, em um ciclo virtuoso, demanda mais produtos intensivos em mão-de-obra acarretando na criação de mais empregos pouco qualificados (BNDS, 2010). Apesar dessa melhora, a distribuição de renda e riqueza no Brasil ainda é muito elevada, tornando-se um empecilho à ampliação de mercados para bens e serviços que contém maior valor agregado. Dessa forma, uma maior igualdade em termos de renda e riqueza poderia tornar viável a implementação de setores intensivos em tecnologia e com expressivos ganhos de escala. No entanto, inúmeras mudanças estruturais são necessárias para aprofundar esse processo, como, a reestruturação do sistema tributário, a melhora na qualidade da educação pública e, até mesmo, como coloca a autora, questões de terra.

Continua atual, também, a necessidade de políticas econômicas mais favoráveis ao setor industrial. Na última década, notou-se uma tendência a concentração dos investimentos em indústrias extrativas e perda de importância dos demais setores industriais no produto brasileiro (IEDI, 2008). Uma das principais causas elencadas para tal é a apreciação cambial que acompanhou o *boom* das *commodities* no mercado internacional (OREIRO; FEIJÓ, 2010). No entanto, foi possível identificar a pressão exercida na balança comercial pelas importações de produtos de maior valor agregado. Está cada vez mais clara a necessidade da criação de condições para o estabelecimento de setores industriais mais complexos no país, não só através da ampliação de escala do mercado nacional, mas de políticas cambial e monetária adequadas, assim como diversificação e ampliação dos investimentos.

Referências

ANDRADE, Rogério Pereira de; SILVA, Renata Carvalho. Uma mestra na periferia do capitalismo: a economia política de Maria da Conceição Tavares. Texto para Discussão. *IE/UNICAMP*, Campinas, n. 172, dez. 2009. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1802&tp=a>. Acesso em: 20 out. 2014.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO (BNDES). Redistribuição de renda e a recuperação do mercado de trabalho brasileiro. *Visão do Desenvolvimento*, n. 85, set. 2010.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). A evolução da estrutura industrial. São Paulo, set. 2008. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20080930_estrutura_ind.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010.